

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 86ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 2.2 – Reuniões de Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.630

Declara de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Passagem Funda e Adjacências, com sede no Município de Coração de Jesus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Passagem Funda e Adjacências, com sede no Município de Coração de Jesus.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.631

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro Mandaguari e Região, com sede no Município de Paraguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro Mandaguari e Região, com sede no Município de Paraguaçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.632

Declara de utilidade pública a Associação Resgatando Vidas, com sede no Município de Carmópolis de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Resgatando Vidas, com sede no Município de Carmópolis de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.633

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade das Posses, com sede no Município de Coqueiral.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade das Posses, com sede no Município de Coqueiral.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.634

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Assentamento Rural da Fazenda Jiboia, com sede no Município de Unai.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Assentamento Rural da Fazenda Jiboia, com sede no Município de Unaí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 18 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATAS**

ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/10/2017

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do deputado Gustavo Corrêa; aprovação – Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses.

Abertura

O presidente (deputado Inácio Franco) – Às 14h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Noraldino Júnior, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Com a palavra, para discutir a ata, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Sr. Presidente, ouvi atentamente a leitura da ata feita pelo deputado Noraldino Júnior. É sempre uma praxe deste parlamentar solicitar à Mesa que faça publicar, na íntegra, os pronunciamentos que foram realizados. Na tarde de ontem, inclusive, este parlamentar fez questão de mostrar os erros, os equívocos que esse governo vem cometendo. Tive a oportunidade de conceder aparte ao líder do governo para parabenizar o presidente da AMM, que fez, em defesa de todos os municípios mineiros, uma cobrança ao governo com relação ao repasse de ICMS que não tem sido feito como deve ser e ao repasse do governo com relação ao transporte escolar. Fiz questão de dizer que é um governo que tem gasto milhares e milhares de reais com

propaganda nos órgãos de imprensa de nosso estado, gasto e anunciado nos horários nobres, dizendo e mostrando aos mineiros apenas três obras que foram realizadas em quase três anos de governo: a ponte na minha querida Almenara, a conclusão da rodovia que liga Lagoa Dourada a Carandaí e, agora, a elaboração do projeto de duplicação da rodovia de Varginha até a BR-381. O que esperamos é que o governo tenha a responsabilidade que os mineiros esperavam, que o governo volte a pagar o salário em dia e deixe de fazer o escalonamento salarial como tem sido feito. Pior, meu caro presidente, na manhã de hoje, fui procurado por alguns servidores de uma subsidiária da Cemig, que estão preocupados, pois ficaram sabendo que amanhã, quando o Conselho de Administração da Cemig irá se reunir, uma das propostas que estará ali em discussão é a possível venda da Cemig Telecom, para pagar, quem sabe?, os altos salários que têm sido pagos às companheiradas do PT. O que esperamos é que o governo tenha responsabilidade. Um governo que gasta milhares de reais com a caravana do blá-blá-blá não pode vender a Cemig Telecom a preço de banana da noite para o dia. É uma empresa que é extremamente rentável, que tem bons quadros e, mais do que isso, entendemos que qualquer negociação em qualquer subsidiária da Cemig é fundamental e é necessário que essa venda passe por esta Casa. Espero que os que sempre foram contra a privatização tomem essa bandeira e não permitam que o governo venda essas possíveis subsidiárias da Cemig. Portanto, quero aqui, Sr. Presidente, solicitar que este governador tenha responsabilidade para com os mineiros, que passe a governar e que pare de viajar com a caravana do blá-blá-blá.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada. A presidência informa ao deputado que a ata será publicada em sua íntegra no *Diário Oficial*.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, por mais que tivéssemos um número de parlamentares suficiente para a abertura dos trabalhos – a oposição se encontra em obstrução – verificamos, de plano, a inexistência de quórum e solicitamos a V. Exa. o encerramento desta reunião.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de logo mais, às 20 horas, e de segunda-feira, dia 23, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/9/2017

Às 16h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Antônio Jorge, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual considera aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, convidar a subsecretária de Políticas sobre Drogas do Estado de Minas Gerais a prestar esclarecimentos sobre o resultado do Chamamento Público nº 6/2017. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Patricia Magalhães Rocha, subsecretária de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Cinthia Mara de Oliveira Rodrigues, coordenadora do centro de restauração Vida Nova, Deire Martins Peres Garcia, chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública, Cláudia Gonçalves Leite, superintendente de Integração de Política sobre Drogas, e Flávia Diniz, diretora de gestão das Redes Comunitárias de Atenção; e os Srs. Belisário Gomes Pena, coordenador administrativo da Associação Fazenda Renascer, Rodrigo Alberto Costa, membro do projeto Vida Nova, Ronaldo Guilherme Vitelli Viana, conselheiro da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas – Febract –, Pastor Ordeli Teixeira, diretor financeiro do projeto Vida Nova, e Jean Carlo de Sousa Mendonça, coordenador da Comunidade Terapêutica Vida Livre. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao

debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2017.

Antônio Jorge, presidente – Dilzon Melo – Geraldo Pimenta.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Isauro Calais, Luiz Humberto Carneiro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares e Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de documentos referentes ao Projeto de Lei nº 4.158/2017, necessários a sua tramitação, em atenção a pedido de diligência da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.581/2017, no 1º turno, e 4.516, 4.524, 4.532, 4.544, 4.546, 4.579, 4.591, 4.592 e 4.593/2017, em turno único (deputado Bonifácio Mourão); 4.556, 4.586, 4.595 e 4.600/2017, no 1º turno, e 4.519, 4.523, 4.576 e 4.577/2017, em turno único (deputado Durval Ângelo); 4.529/2017, no 1º turno, e 4.521, 4.527, 4.552, 4.553, 4.572, 4.573, 4.574, 4.585 e 4.596/2017, em turno único (deputado Hely Tarquínio); 4.587 e 4.588/2017, no 1º turno, e 4.518, 4.522, 4.534, 4.537, 4.569, 4.570, 4.580, 4.583 e 4.603/2017, em turno único (deputado Isauro Calais); 4.547 e 4.589/2017, no 1º turno, e 4.525, 4.533, 4.561, 4.568, 4.575, 4.578, 4.590, 4.594, 4.597 e 4.598/2017, em turno único (deputado Luiz Humberto Carneiro); 4.517, 4.536, 4.545, 4.557, 4.571, 4.606, 4.607 e 4.608/2017, em turno único (deputado Roberto Andrade); Projeto de Lei Complementar nº 70/2015 e Projetos de Lei nºs 4.520, 4.528, 4.543, 4.548, 4.554, 4.559 e 4.604/2017, no 1º turno, e 4.526, 4.549, 4.550, 4.551, 4.563, 4.567, 4.601 e 4.602/2017, em turno único (deputado Leonídio Bouças). A presidência comunica que será solicitada a reiteração do requerimento de pedido de informações referente ao Projeto de Lei nº 2.048/2015. A presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2017.

Leonídio Bouças, presidente – Hely Tarquínio – Bonifácio Mourão – Sargento Rodrigues.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Roberto Andrade e Glaycon Franco (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação são aprovados os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 1.942, 2.218 e 3.111/2015, 3.452, 3.457, 3.461, 3.599, 3.868, 3.889, 3.918, 3.928, 3.951, 3.952, 3.970 e 3.971/2016, e 3.983, 4.004, 4.040, 4.043,

4.066, 4.141, 4.156, 4.212, 4.255, 4.283, 4.285, 4.287, 4.288, 4.289, 4.290, 4.291, 4.292, 4.293, 4.294, 4.295 e 4.403/2017 (relator: deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Geisa Teixeira – Glaycon Franco.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o uso excessivo de agrotóxico no Brasil, especialmente em Minas Gerais. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Virginia Kirchemeyer Vieira (2), subsecretária de assessoria Técnico-Legislativa, da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (20/5/2017) e (20/6/2017). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.271/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Gustavo Santana, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a crise na cadeia do leite em Minas Gerais e no Brasil;

nº 10.151/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, em que requerem seja realizado, no primeiro semestre de 2018, ciclo de debates, fórum técnico ou seminário legislativo, destinado a avaliar o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – Pledraf –, também conhecido como PDRS, que traz as bases estratégicas para as políticas de fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do Estado;

nº 10.152/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que sejam restituídos os valores cobrados referentes aos meses de junho a setembro de 2017 e que seja cancelado o faturamento de serviços na comunidade de Boca da Mata, no Município de Arcos, até que se regularize e se conclua a obra de seu reservatório na comunidade.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Angela Ferreira Vieira, diretora de Vigilância em Alimentos da Secretaria Estado de Saúde, representando Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário; Aline de Freitas Veloso, coordenadora da Assessoria Técnica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, representando Roberto Simões, presidente; Cristiane Moreira Magalhães Andrade, da Diretoria de Saúde do Trabalhador – Sveast –, da Secretaria de Estado da Saúde; Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da Diretoria de Vigilância Ambiental – Sveast –, da Secretaria de Estado da Saúde; Raphaela Ferreira dos Santos, assistente administrativa da Sociedade Mineira dos Engenheiros Agrônomos; Eliane Novato Silva, professora da Universidade Federal de Minas Gerais –; e os Srs. Nelson Guedes de Moura Filho, superintendente federal da Agricultura em Minas Gerais, representando Blairo Borges Maggi, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Brasília (DF); Rodrigo Carvalho Fernandes, superintendente de Desenvolvimento Social e Ambiental da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando Pedro Cláudio Coutinho Leitão, secretário; José Antonio Ribeiro (T'sé), secretário executivo do Cedraf-MG e assessor institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, representando Professor Neivaldo, secretário; João Carlos Cardoso Galvão, vice-reitor da Universidade Federal de Viçosa, representando Nilda de Fátima Ferreira Soares, reitora; Pedro Campara, assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do

Estado de Minas Gerais, representando Wilson Luiz da Silva, presidente; Rui da Silva Verneque, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais; Márcio Stoduto de Melo, coordenador técnico estadual da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, representando Glênio Martins de Lima Mariano, presidente; Nataniel Diniz Nogueira, gerente de Defesa Vegetal do Instituto Mineiro de Agropecuária, representando Marcílio de Sousa Magalhães, diretor-geral; Emílio Elias Mouchrek Filho, presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros-Agrônomos; Gustavo Lopes da Silva, coordenador da Câmara Especializada de Agronomia – Ceag –, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais; Edmar Guariento Gadelha, assessor institucional da presidência da Emater; Dazio Vilela Chaves, engenheiro-agrônomo, diretor financeiro da Sociedade de Engenheiros-Agrônomos; Elias Nunes Alcântara, pesquisador, engenheiro-agrônomo – Epamig Sul. A presidência como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra aos coautores presentes, deputado Fabiano Tolentino e Gustavo Santana. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2017.

Roberto Andrade, presidente – Dilzon Melo – Bosco.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/10/2017

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados João Vítor Xavier e Durval Ângelo (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Coronel Piccinini. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de ofício da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, publicado no *Diário do Legislativo* em 25/8/2017. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.911/2015 na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. O Projeto de Lei nº 1.272/2015 é retirado da pauta por determinação da presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.312/2017 (relator: deputado João Vítor Xavier), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.588, 8.610 e 8.803/2017. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.288, 4.289, 4.290, 4.292, 4.293, 4.294, 4.295, 4.287 e 4.004/2017; e 3.952, 3.889, 3.599, 3.461, 3.457, 3111 e 3.452/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.852/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater os encaminhamentos e desdobramentos dos pleitos apresentados na audiência pública realizada em 14/9/2017, que teve por finalidade debater a formulação de um plano de valorização do diretor de escola em exercício, que não foi contemplado com os efeitos da Lei nº 9.532, de 30/12/1987, na forma da Lei nº 14.683, de 30/7/2003;

nº 9.853/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada visita técnica, acompanhada da Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais – Adeomg – e do Sindicato Único dos Trabalhadores de Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG –, à Secretária do Estado de Educação, com o objetivo de apresentar as demandas discutidas na audiência pública realizada em 14/9/2017, que teve por finalidade debater a formulação de um plano de valorização do diretor de escola em exercício, que não foi contemplado com os efeitos da Lei nº 9.532, de 30/12/1987, na forma da Lei nº 14.683, de 30/7/2003;

nº 10.232/2017, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência de convidados com a finalidade de debater a situação do Cesc Poeta Murilo Mendes, de Belo Horizonte;

nº 10.288/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Branca de Lourdes Peixoto Franco Castro, diretora da Escola Estadual José Brandão, situada no Município de Caeté, pelas obras de reforma dessa escola.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2017.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro – Thiago Cota.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/10/2017

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Sargento Rodrigues, Cristiano Silveira (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BMM) e Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite, Cabo Júlio, Gustavo Valadares e Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e defere requerimento do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja lida a ata da reunião anterior, nos termos do art. 132, § 2º, do Regimento Interno. Ato contínuo, deixa de receber, nos termos do art. 180, IV, do Regimento Interno, requerimento do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja submetido ao processo de votação nominal o requerimento em que solicita a leitura da ata da reunião anterior. Ausentam-se da reunião os deputados Durval Ângelo, Dirceu Ribeiro, Cristiano Silveira, Cabo Júlio, Gustavo Valadares e Felipe Attiê. Verificando-se a inexistência de quórum, a presidência encerra a reunião, agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2017.

Leonídio Bouças, presidente – Hely Tarquínio – Bonifácio Mourão – Sargento Rodrigues.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/10/2017

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, André Quintão, Coronel Piccinini e Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.267/2017, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Coronel Piccinini). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação

nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.053, 4.119, 4.129, 4.172, 4.205, 4.228, 4.236, 4.250, 4.311, 4.320, 4.351, 4.206 e 4.471/2017, os dois últimos com a Emenda nº 1. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.557 e 8.639/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.208/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Presidência da ALMG pedido de providências para que a Casa contribua na divulgação pública do Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg –, por meio da reprodução de mais mil exemplares do capítulo referente aos trabalhadores e ao movimento sindical urbano, e à própria Covemg, assim que o referido relatório for publicado;

nº 10.209/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implantação das recomendações do Relatório Final da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg –, no que tange aos trabalhadores e ao movimento sindical em Minas Gerais, assim que o relatório seja publicado;

nº 10.210/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Comissão da Verdade dos Trabalhadores e do Movimento Sindical em Minas Gerais – Covet-MG – cópia do vídeo da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 31/8/2017 para discutir os crimes do regime militar contra o movimento sindical e os trabalhadores no Estado, considerando-se as apurações da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg;

nº 10.211/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada audiência pública, em 2018, com o objetivo de discutir os encaminhamentos sugeridos pela Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – e de interesse da Comissão da Verdade dos Trabalhadores e do Movimento Sindical em Minas Gerais – Covet-MG –, no que tange aos trabalhadores e ao movimento sindical urbano no Estado;

nº 10.212/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG em Minas Gerais cópia do vídeo da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 31/8/2017 para discutir os crimes do regime militar contra o movimento sindical e os trabalhadores no Estado, considerando-se as apurações da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg;

nº 10.213/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Justiça pedido de providências para impedir a interferência da AGU/Conjur no funcionamento e nas decisões da Comissão de Anistia, de modo a assegurar sua autonomia e a continuidade dos seus trabalhos;

nº 10.214/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Presidência da ALMG pedido de providências com vistas a realizar um programa na TV Assembleia para divulgar o Relatório Final da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg –, tão logo este seja publicado;

nº 10.215/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem sejam encaminhadas ao governador do Estado as notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 31/8/2017 para discutir os crimes do regime militar contra o movimento sindical e os trabalhadores no Estado, considerando-se as apurações da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg;

nº 10.216/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, as notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 31/8/2017 para discutir os crimes do regime militar contra o movimento sindical e os trabalhadores no Estado, considerando-se as apurações da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg;

nº 10.217/2017, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem sejam encaminhados às entidades representadas na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 31/8/2017 para discutir os crimes do regime militar contra o

movimento sindical e os trabalhadores no Estado, considerando-se as apurações da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg –, as notas taquigráficas da referida reunião;

nº 10.222/2017, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da proposta de privatização dos bancos públicos e empresas públicas para a sociedade brasileira. (Emendado pelo autor.);

nº 10.223/2017, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater o desmonte do serviço social no INSS;

nº 10.295/2017, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Primavera de Lutas e a campanha salarial unificada dos metalúrgicos do Estado;

nº 10.296/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega de diploma referente à manifestação de aplauso ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais – Sintramico –, pelos seus 70 anos.

O Requerimento nº 9.912/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o corte no orçamento federal de 2018 dos recursos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social – Suas –, deixa de ser recebido pelo presidente por se tratar de matéria prejudicada, nos termos do art. 173, III c/c art. 284, I do Regimento Interno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2017.

André Quintão, presidente – Geraldo Pimenta – Antônio Jorge.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/10/2017

Às 18h12min, comparece na Sala das Comissões o deputado Noraldino Júnior, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Junior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater o Projeto de Lei Federal nº 6.268/2016, que trata da regulamentação do manejo e do controle da caça de animais silvestres, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* da Sra. Letícia Álvares Tenenwurcel, estudante de Gestão Pública, de Belo Horizonte, em que solicita dados pertinentes sobre a atuação da comissão para possível utilização em projeto de conclusão de curso, e do Sr. Aloizio André de Sousa Gostaria, de Araxá, em que denuncia uma execução efetuada por um policial militar de um cão na cidade de Araxá e solicita providências. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Lisandro Carvalho de Almeida Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde (31/8/2017); Homero Brasil Filho, presidente interino da Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte (15/9/2017); da Sra. Carolina Mendonça de Siqueira, promotora de justiça, e do Sr. Antônio Carlos de Oliveira, promotor de justiça (28/9/2017). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Alice Rabelo de Sá Lopes, coordenadora do Centro de Triagem, representando Luciana Pereira Carneiro, gerente de Proteção da Fauna e Flora, representando Sônia Aparecida Cordebelle de Almeida, diretora de Proteção da Fauna do Instituto Estadual de Florestas – IEF; Edna Cardozo Dias, presidente da Comissão dos Direitos dos Animais da OAB-MG e do Instituto Abolicionista Animal; Maria Dalce Ricas, presidente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente; Adriana Araújo, integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais; e os Srs. Marcelo Coutinho Amarante, diretor de Fiscalização dos Recursos Faunísticos e Pesqueiros da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Júnio Augusto dos Santos Silva, analista ambiental do Núcleo de Biodiversidades e Florestas do

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama-MG; Adriano Pereira Paglia, professor de Ecologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Romulo Ribon, professor de Ornitologia, Biologia da Conservação e Zoologia da Universidade Federal de Viçosa; e Daniel Vilela, analista ambiental do Ibama. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2017.

Noraldino Júnior, presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/10/2017

Às 14h15min, comparecem na Câmara Municipal de Ouro Branco os deputados Glaycon Franco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Coronel Piccinini. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater aspectos relacionados ao Parque Estadual da Serra de Ouro Branco. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Luciana Fernandes Novais, assessora de Meio Ambiente da Prefeitura de Ouro Branco, Nelma Aparecida Silva, vereadora de Ouro Branco, e Leticia Dornelas Moraes, gerente do Parque Estadual Serra do Ouro Branco do Instituto Estadual de Florestas – IEF –; e os Srs. Paulo Fernandes Scheid, gerente de Criação e Implantação de Unidades de Conservação do IEF, representando o diretor-geral, Hélio Márcio Campos, prefeito de Ouro Branco, Geraldo Pedro da Silva, presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco, Itamar José de Oliveira, presidente da Associação Regional de Proteção Ambiental do Alto Paraopeba e Vale do Piranga de Conselheiro Lafaiete, Ricardo Rufino, representando a Empresa Ferrous, Elcimar Fernando de Oliveira, encarregado de sistema da Copasa de Ouro Branco, Vasco de Natal Coelho, vice-presidente do Conselho de Meio Ambiente de Ouro Branco, Humberto Guimarães Quiossa, analista de Meio Ambiente da Mineradora CSN, Celso Roberto Vaz, vice-prefeito de Ouro Branco, Cap. PM Ronaldo Rosa de Lima, do Primeiro Comando Operacional do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, representando o comandante, José Lourdes de São José, promotor de justiça de Ouro Branco, Diego F. Saraiva, especialista de sustentabilidade da Gerdau, e Carlos Roberto Ferreira, vereador da Câmara Municipal de Ouro Branco. A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Thiago Cota – Marília Campos – Gustavo Corrêa.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/10/2017

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Gustavo Santana e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por

aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 28/09/2017: ofícios dos Srs. Daniel Martins de Albuquerque, chefe da assessoria de relações institucionais da Anatel; Marcelo Belisário Campos, superintendente do Ibama em Minas Gerais; e Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, consultor de relações institucionais da Telefônica. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.432/2016, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Anselmo José Domingos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.859/2016 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição). É convertido em diligência ao Secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e ao Prefeito de Córrego Fundo o Projeto de Lei nº 4.191/2017, no 1º turno, a requerimento do relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.692, 8.764, 8.850, 8.880 a 8.891 e 8.893 a 8.905/2017. O Requerimento nº 6.691/2017 tem a votação adiada a requerimento do deputado Gustavo Santana, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.327/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificação e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEE-MG – pedido de providências para liberação de recursos, no âmbito do programa Mais Asfaltos, para o asfaltamento da estrada que liga o Município de Campo Belo ao Distrito de Porto do Mendes;

10.280/2017, do deputado Cássio Soares, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – e à concessionária AB Nascentes das Gerais, em Divinópolis, pedido de providências para a urgente adaptação da via e a adoção de medidas de segurança para a redução de acidentes no Km 364 da Rodovia MG-050, em Formoso da Serra, em Passos, no sentido de Itaú de Minas.

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.929, 9.968 a 10.025, 10.040 a 10.044, 10.048, 10.049, 10.055, 10.057, 10.126, 10.129 e 10.130/2017. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2017.

Fábio Cherem, presidente – Anselmo José Domingos – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/10/2017

Às 14h4min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados João Leite (por indicação da liderança do BVC) e Mário Henrique Caixa (por indicação da liderança do BCMG). Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.081/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à exposição "Sentidos do Nascer", em exibição no Parque das Mangabeiras, em Belo Horizonte, nos dias 22 de setembro a 17 de dezembro de 2017;

nº 10.082/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e à Administração Regional Municipal Venda Nova pedido de providências com vistas à abertura da Maternidade Leonina Leonor, cuja inauguração estava prevista para o ano de 2009;

nº 10.225/2017, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos, em que requerem seja realizada visita à Secretária de Estado de Administração Prisional para discutir a situação das mulheres no sistema prisional do Estado;

nº 10.226/2017, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola, em que requerem seja realizada visita ao Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, em Vespasiano, para verificar a situação das detentas nessa unidade prisional;

nº 10.227/2017, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos, em que requerem seja realizada visita à Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria e ao Presídio de São Joaquim de Bicas II, em São Joaquim de Bicas, para verificar a situação das detentas nessas unidades prisionais;

nº 10.228/2017, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos, em que requerem sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Administração Prisional as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, ocorrida em 27/9/2017, em que foi realizada audiência pública com a finalidade de debater a situação das mulheres privadas de liberdade no Estado;

nº 10.314/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o modelo e as boas práticas de assistência à mulher no Hospital Sofia Feldman;

nº 10.329/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o modelo e as boas práticas de assistência à mulher no Hospital Sofia Feldman.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2017.

Marília Campos, presidente – Geisa Teixeira.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/10/2017

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo a deputada Rosângela Reis, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Bosco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* da Sra. Lara de Carvalho Guimarães, por meio do Fale com as Comissões, reclamando da falta de verba destinada à manutenção do Museu de História Natural da UFMG, que serve como local de pesquisa e aprendizado para a população. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 733/2015 (relator: deputado Glaycon Franco), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.657, 8.658 e 8.825/2017. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.971/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 10.283/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à possibilidade de vinda para Minas Gerais da exposição "Queermuseu - Cartografias da diferença na arte brasileira", do Santander Cultural, por seu conteúdo de apologia à pedofilia e pelo desrespeito a símbolos, crenças e pessoas. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.664/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento do MinasCentro para futura reforma;

nº 10.281/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública para debater os marcos legais da cultura de Minas Gerais;

nº 10.282/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública para debater e apresentar ações de valorização e divulgação do patrimônio cultural vinculado ao barroco mineiro, à obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e aos demais expoentes desse estilo em Minas Gerais, em homenagem ao Dia do Barroco, instituído pela Lei 20.470, de 26/11/2012;

nº 10.323/2017, da deputada Marília Campos e do deputado Rogério Correia, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a liberdade de expressão artística;

nº 10.325/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública para debater o papel dos festivais de teatro na difusão da produção artística, na formação de profissionais e de público, bem como no estímulo a mercados de trabalho e economias locais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2017.

Bosco, presidente – Elismar Prado – Carlos Pimenta.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/10/2017

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Antônio Jorge (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado João Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.131, 7.171 a 7.176, 7.207 a 7.209, 7.211, 7.212, 7.255, 7.257 a 7.262, 7.266, 7.267, 7.272, 7.313 a 7.317, 7.351, 7.352, 7.408, 7.413, 7.420, 7.425, 7.429, 7.430, 7.472 a 7.475, 7.512 a 7.514, 7.516, 7.517, 7.569 a 7.573, 7.575, 8.856, 8.873, 8.892 e 8.947/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.239/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a determinar a transferência do Cb. PM Robson Borges dos Santos, número 1252329, hoje lotado no Batalhão ROTAM, para a cidade de Pouso Alegre, onde reside sua família;

nº 10.289/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Araçuaí e ao envio a esta comissão dos dados relativos ao número de ocorrências de furtos, roubos e homicídios registradas nos últimos 12 meses nesse município;

nº 10.292/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam disponibilizadas a esta comissão as imagens de todas as câmeras do programa Olho Vivo registradas entre os dias 3 e 5/7/2017, durante as operações realizadas para a retirada dos camelôs do hipercentro de Belo

Horizonte, em atendimento ao Ofício DIRLEG N° 4372/17, do vereador Henrique Braga, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte;

n° 10.307/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências em relação à agressão sofrida por mulheres das colônias de hanseníase, conforme Boletim de Ocorrência n° 2017-028741062-001;

n° 10.317/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a desocupação do prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social para a instalação do Memorial de Direitos Humanos de Minas;

n° 10.318/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a insegurança a que estão sujeitos os alunos e professores da Escola Estadual Professor Magalhães Drumond, localizada no Bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte;

n° 10.319/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita às unidades de serviço da Polícia Militar, conhecidas como "bases móveis", em Belo Horizonte;

n° 10.320/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja realizada visita à 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar para verificar possível descumprimento da carga horária semanal de trabalho dos policiais militares, contrariando o previsto na Lei Complementar n° 127, de 2013, bem como as condições insalubres de trabalho, conforme denúncias apresentadas na 16ª Reunião Ordinária, realizada em 3/10/2017;

n° 10.322/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares responsáveis pela apreensão, na madrugada do dia 25 de setembro, de uma quadrilha de sete pessoas suspeitas de envolvimento em explosões de caixas eletrônicos no Centro-Oeste de Minas Gerais;

n° 10.324/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais civis que participaram da operação Ragnarok, realizada no Município de Nanuque, em 3/10/2017, nos termos do Requerimento n° 8.969/2017;

n° 10.340/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que requerem seja realizada visita ao diretor do Setor de Inteligência da Polícia Militar, na Cidade Administrativa, bem como às instalações do referido setor, no complexo do 5º Batalhão, com a finalidade de conhecer as condições de trabalho dos policiais e o trabalho por eles desempenhado;

n° 10.341/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, João Leite e Antônio Jorge, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o repasse das contribuições patronais e dos segurados policiais e bombeiros militares ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, entidade responsável por garantir o benefício previdenciário e promover a atenção à saúde da família militar mineira;

n° 10.342/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a encaminhar a esta Casa, com a urgência que o caso requer, projeto de lei destinado à reestruturação das carreiras, inclusive com especificação das cargas horárias, dos técnicos e servidores administrativos dos sistemas prisional e socioeducativo do Estado, conforme compromisso firmado pelo governo desde o ano de 2015;

n° 10.343/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado às Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Administração Prisional pedido de providências com vistas a apurar casos de desvio de função e assédio moral no âmbito dos sistemas prisional e socioeducativo do Estado, inclusive com a aplicação das penalidades previstas na Lei n° 14.184, de 31/1/2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual;

nº 10.344/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado às Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Administração Prisional pedido de providências com vistas à imediata nomeação dos analistas especializados aprovados no concurso regido pelo Edital 7/2013, para o provimento de vagas no sistema prisional e socioeducativo, considerando-se a latente necessidade de ampliação do quadro de servidores;

nº 10.345/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e às Secretarias de Estado de Governo e de Planejamento e Gestão pedido de providências com vistas a envidar esforços para apresentar emenda ao Projeto de Lei nº 4.148/2017, com vistas a solucionar definitivamente a situação dos agentes penitenciários e socioeducativos contratados no Estado, estabelecendo-se a previsão de prorrogação contratual até o ano de 2019;

nº 10.346/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para instaurar procedimento administrativo disciplinar com a finalidade de apurar a responsabilidade do servidor Talmo Resende Bernandes, agente de segurança penitenciário, Masp 1119013-9, quanto à prática de infração no exercício de suas atribuições, considerando-se o fato de haver comparecido e permanecido em audiência pública desta comissão com o objetivo de executar funções inerentes a serviços de inteligência, de maneira intimidadora e em retaliação aos agentes penitenciários e socioeducativos presentes, em grave ofensa ao direito fundamental previsto no art. 5º, XXXIV, da Constituição da República, e à independência do Poder Legislativo de Minas Gerais, especialmente no exercício de suas funções precípua de fiscalização e controle, previstas no art. 73, §1º, II, da Constituição Estadual.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/10/2017

Às 9h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, André Quintão (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM) e Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Noraldino Júnior, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Cristiano Silveira, que passa a presidir os trabalhos. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Requerimento nº 8.589/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.418/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o enfrentamento da violência e de homicídios, que afetam principalmente a juventude negra e pobre, e fazer o lançamento da agenda legislativa concernente ao problema;

nº 10.419/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Juiz de Fora, para debater o genocídio da juventude negra nesse município;

nº 10.431/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as possíveis violações aos direitos humanos no âmbito do Presídio Martinho Drumond, localizado em Ribeirão das Neves, conforme denúncias apresentadas por familiares de presos;

nº 10.432/2017, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater aspectos da Portaria nº 1.129/2017, do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial da União de 16/10/2017, especialmente no que se refere às alterações conceituais do trabalho escravo, à legislação nacional e às convenções internacionais do trabalho, bem como aos impactos da mencionada portaria nas relações de trabalho no Brasil.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2017.

Vanderlei Miranda, presidente.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 23/10/2017, destinada a homenagear o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais pelos seus 110 anos de existência.

Palácio da Inconfidência, 20 de outubro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a deputada Rosângela Reis e os deputados Elismar Prado, Carlos Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 25/10/2017, às 10 horas, ao Distrito de Glaura, no Município de Ouro Preto, na Igreja Matriz de Santo Antônio, com a finalidade de debater soluções efetivas para a recuperação da Igreja Matriz de Santo Antônio, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2017.

Bosco, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a deputada Rosângela Reis e os deputados Elismar Prado, Carlos Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/10/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, a liberdade de expressão artística; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2017.

Bosco, presidente.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 19/10/2017, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Cíntia Roberta Gomes de Lima, promotora de justiça, comunicando que a notícia de fato registrada na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Corações sob o nº MPMG-0693.17.000452-9, solicitando a atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, foi encerrada, conforme cópia de promoção de arquivamento anexa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso, diretor-geral da Arsae-MG, acusando o recebimento de convite para que a referida agência participe de audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor para tratar da cobrança da tarifa de esgoto pela Copasa-MG no Município de Carmo do Rio Claro e informando da impossibilidade de seu comparecimento em virtude de compromisso assumido anteriormente. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Jacques Soares Guimarães, prefeito de Vazante, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.334/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Jacques Soares Guimarães, prefeito de Vazante, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.337/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, secretário de Estado de Fazenda, agradecendo convite para participar de audiência pública da Comissão de Segurança Pública com a finalidade de debater a política carcerária do Estado e informando da impossibilidade de seu comparecimento em virtude de compromissos assumidos anteriormente.

Da Sra. Adriana Branco Cerqueira, secretária de Assuntos Institucionais e Comunicação Social da Prefeitura de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.592/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Da Sra. Adriana Branco Cerqueira, secretária de Assuntos Institucionais e Comunicação Social da Prefeitura de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.515/2017, do deputado Gilberto Abramo.

Do Sr. Alexis José Ferreira de Freitas, prefeito de Contagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.506/2017, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Caio Barros Cordeiro, diretor técnico-legislativo em exercício da Prefeitura de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.422/2017, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Caio Barros Cordeiro, diretor técnico-legislativo em exercício da Prefeitura de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.406/2017, do deputado Tito Torres.

Do Sr. Fabiano Martins Cunha, superintendente regional do Dnit no Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.998/2017, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Fabiano Martins Cunha, superintendente regional do Dnit no Estado, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 8.497 e 8.502/2017, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Fabiano Martins Cunha, superintendente regional do Dnit no Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.027/2017, do deputado Duarte Bechir.

Do Sr. Michel Miraillet, embaixador da França, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.107/2017, da Comissão de Cultura.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.652/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.738/2016, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.172/2016, do deputado Anselmo José Domingos.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.594/2016, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.176/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 7.479, 7.480, 7.481, 7.482 e 7.483/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.767/2017, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.848/2017, da Comissão de Administração Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.029/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.042/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.168/2017, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Vicente de Paulo Diniz, superintendente do Patrimônio da União no Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.494/2017, da Comissão de Transporte.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/10/2017

O deputado Noraldino Júnior* – Cumprimento o Sr. presidente, os Srs. deputados, as Sras. deputadas e todos os telespectadores.

Quero trazer dois assuntos que são de extrema importância. O primeiro deles, Sr. Presidente, é relacionado com o rompimento da Barragem de Fundão, que já vai completar alguns anos. Vou protocolar nesta data um requerimento assinado por quase todos os parlamentares – ninguém ainda se recusou a assinar esse documento –, solicitando que a Renova ou a Samarco se responsabilize e assumam um programa de educação humanitária e manejo populacional ético em todas as cidades atingidas pelo rompimento da barragem. É um programa de manejo populacional ético de cães e gatos em todas as cidades atingidas pelo rompimento da barragem. E por que esse requerimento é de extrema importância?

Hoje vivemos uma realidade em que o número de animais em situação de rua, o número de animais semidomiciliados tem crescido assustadoramente por falta de uma política pública. E as cidades mineiras, assim como outras cidades do Brasil, passam por

um risco de novas epidemias. Assim como passamos pela dengue, zika, *chikungunya* e febre amarela, agora também temos um risco de novas epidemias provenientes da falta de uma política pública do governo. Até hoje o governo federal não alterou as regras para que os recursos provenientes da saúde possam ser utilizados no manejo populacional ético, que é a única forma de controlar o crescimento do número de animais em situação de rua e de dar a esses animais dignidade.

Então, Sr. Presidente, o requerimento está sendo protocolizado hoje. Participei, por diversos dias, de dezenas e dezenas de resgates de animais de grande e pequeno portes quando houve o rompimento da barragem. Tivemos uma reunião – na verdade, várias reuniões – com o Ministério Público. Quero ressaltar a importância do Gedef, Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público; da promotora, Dra. Andressa; do Dr. Rômulo; e também do procurador Tonet, que sempre deu apoio, manifestando-se e requerendo à Fundação Renova ou à Samarco, que eles assumam esse programa como uma contrapartida, uma medida mitigatória ou compensatória pelo número de animais que foram mortos e que sofreram com o rompimento da barragem.

Pode parecer simples, mas é muito importante, para que essas cidades sejam atendidas e possamos minimizar o custo, tanto do governo do Estado quanto dessas prefeituras, para desenvolver uma ação que é extremamente necessária. Então, espero que a Samarco possa atender ao requerimento deste deputado. Espero que a Fundação Renova possa atender ao requerimento deste deputado, ao requerimento do Ministério Público, e possa, independentemente da aprovação no CIF, que é o comitê, assumir esse programa.

Volto a dizer, não é favor, é uma demonstração de respeito a todo o tipo de vidas. Estive lá, como dezenas e dezenas de protetores dos animais estiveram, Presidente. Vivenciamos o sofrimento desses animais com o rompimento da barragem. Tivemos um apoio significativo do Corpo de Bombeiros, conseguimos resgatar e recuperar dezenas de vidas, tanto de animais domésticos quanto de animais de grande porte, mas também tivemos a infelicidade de presenciar centenas e centenas de mortes de animais.

E falo aqui nos animais domésticos. Vou falar sobre os cães e gatos, porque o atendimento a esse requerimento é uma forma de a fundação ou a empresa demonstrarem o respeito pelos animais. Volto a dizer, esse requerimento solicita que, independentemente da aprovação na comissão, a empresa se responsabilize e torne essas medidas realidade nas cidades atingidas pelo rompimento da barragem.

A partir desta data iniciaremos um trabalho de acompanhamento do cumprimento do Ttac pela fundação, e aí digo, pela Samarco. E vou poder colocar aqui os nossos pontos de vista com relação ao rompimento da barragem e suas consequências ao meio ambiente e também com relação aos animais.

Então, Sr. Presidente, agradeço a assinatura de todos os parlamentares. Levarei agora à deputada Ione Pinheiro, para que possa também assinar esse importante requerimento. E esperamos que, muito em breve, esse programa seja iniciado nessas cidades atingidas.

Sr. Presidente, outro motivo que me traz a esta tribuna na data de hoje – o deputado Lafayette de Andrada não se encontra presente – diz respeito à cidade de Juiz de Fora: o Aeroporto da Serrinha e a sua importância para o desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora, para o desenvolvimento da Zona da Mata. O aeroporto está inoperante.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Obrigado, deputado Noraldino Júnior. Por falar em Juiz de Fora, nossa querida terra, há ali também um problema gravíssimo, e sei que V. Exa. está participando da fiscalização desse caso. É sobre o que aconteceu no Colégio João XXIII, que recebeu uma *drag queen* para dar aulas de gênero para os alunos daquela cidade. Numa instituição séria, que é o Colégio João XXIII, um colégio de aplicação, colégio da universidade federal... São vários colégios de aplicação espalhados pelo Brasil, e são colégios de instituições sérias. Isso não pode acontecer de maneira alguma.

Juiz de Fora já tem uma lei aprovada que retira todo o tipo de ideologia de gênero nas questões que acontecem na cidade, e não podemos aturar isso mais. Não conseguimos mais aguentar, goela abaixo, o que a mídia, o que a Globo, o que os grupos de esquerda, o que a agenda LGBT quer nos fazer engolir. O Brasil não quer uma nova engenharia social. E colocaram uma *drag queen*

para dar aulas de gênero num colégio de crianças. Aliás, essa *drag queen* diz o seguinte: “Toma, família brasileira”. Na cara da família brasileira. É isso que eles querem.

A afronta deles chega a esse nível, de colocar uma *drag queen* em colégio de criança, para dizer: “Toma, família brasileira!” Quero dizer a essas pessoas responsáveis por essa agenda maligna, a agenda que liquefaz valores, valores da nossa sociedade, valores do povo de bem, que não aceitamos, não vamos aturar, não vamos aguentar mais esse tipo de coisa em nossa sociedade. É agenda *gay*, é agenda pedófila, é agenda de artistas que querem liquefazer o direito de expressão e usar um manto de direito de expressão para pregar pedofilia. Não aceitamos goela abaixo do Brasil uma nova agenda, um paradigma civilizacional goela abaixo da nossa gente. Muito obrigado, deputado.

O deputado Noraldino Júnior* – Muito obrigado, deputado Léo Portela. Quem não viu o vídeo, convido a assistir a ele. Realmente, é lamentável o que foi feito no Colégio João XXIII.

O que tenho pedido, deputado Léo Portela, é para que preservem as nossas crianças. É muito pouco o que temos pedido: preservem o nosso futuro, preservem as nossas crianças. Temos tanto para ensinar, temos tanto para avançar, e uma agenda como essa, num colégio que é referência para toda a cidade de Juiz de Fora, então, é lamentável. Fica também a nossa lamentação em relação a esse episódio. Quem assistiu ao vídeo percebe que foi um ataque, e essas são as palavras proferidas mesmo por essa pessoa.

Quero trazer, deputado Léo Portela – V. Exa. também tem interesse nesse assunto –, a questão do Aeroporto da Serrinha, na cidade de Juiz de Fora. Não estamos aqui discutindo vocação. O aeroporto da Zona da Mata é de extrema importância para o desenvolvimento regional, está sendo operacionalizado para voos comerciais e tem a sua vocação. Agora o Aeroporto da Serrinha é de extrema importância para o nosso desenvolvimento. Não podemos aceitar que o Aeroporto da Serrinha, na cidade de Juiz de Fora, permaneça como está.

A informação que temos é que foi iniciado agora um processo licitatório, para que o aeroporto volte a operar. Tivemos informação – até liguei para o secretário da cidade de Juiz de Fora – da dificuldade financeira para que se possa fazer com que o aeroporto volte a operar em Juiz de Fora.

Quando fiquei sabendo do fechamento, da finalização do contrato com o aeroporto, solicitei agenda com o governador Fernando Pimentel, com quem tive oportunidade de conversar, e ele demonstrou a sua preocupação e o interesse do Estado em colaborar para que o aeroporto volte a funcionar. Essa pauta foi defendida por mim e pelo deputado Lafayette de Andrada. Na manhã de hoje, tivemos uma reunião muito importante no palácio, e nela estiveram presentes o secretário de Transportes e Obras Públicas, o presidente da Codemig, o secretário de Governo, Odair Cunha, o governador Fernando Pimentel e alguns empresários de Juiz de Fora, quando tivemos oportunidade de demonstrar a importância do Aeroporto da Serrinha para a cidade de Juiz de Fora, para o desenvolvimento e a saúde de Juiz de Fora, uma vez que não foi uma nem duas vezes que o aeroporto foi utilizado para o transporte de órgãos. Ele é utilizado para o transporte de órgãos. E, hoje, ver aquele aeroporto fechado, numa cidade como Juiz de Fora, a cidade metropolitana da Zona da Mata, responsável pelo desenvolvimento regional, não ter o aeroporto funcionando, com as portas fechadas, é uma tristeza, é uma demonstração triste da falta de interesse pelo desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora.

Não quero aqui colocar questões de governo, questões partidárias, mas quero dizer que pedimos essa agenda com o governador, que hoje se reuniu com os secretários, para que pudéssemos buscar, com a prefeitura, soluções viáveis para que o Aeroporto da Serrinha volte a operar de forma plena. Como a Passaredo manifestou interesse em operar com passagens de Juiz de Fora a São Paulo, não podemos perder essa oportunidade que a cidade de Juiz de Fora está tendo.

Agradeço o empenho de todos. Não veio nenhum representante da prefeitura municipal, mas já passamos a disponibilidade do governo para a prefeitura. O governador ficou de conversar ainda hoje com o prefeito, para que a cidade tenha esse aeroporto funcionando plenamente. É importante dizer, deputado Bonifácio, que o aeroporto está ao lado do Expominas.

Para concluir, Presidente, são vários os motivos que temos para lutar para que o Aeroporto da Serrinha permaneça funcionando e opere em sua plenitude, dando possibilidades e sendo instrumento de crescimento de desenvolvimento social e econômico para toda a cidade de Juiz de Fora e região. Muito obrigado a todos. Eram estas as minhas palavras.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Presidente, vários assuntos me trazem a esta tribuna. Queria usar este espaço para comentar e refletir sobre vários assuntos com os nobres colegas.

Queria dizer, presidente, que, na semana passada, antes do feriado, realizamos, na cidade de Congonhas, uma audiência pública para discutir a situação da barragem da CSN naquele município, uma grande barragem que está muito próxima do perímetro urbano, de alguns bairros de Congonhas. Recebi denúncias de moradores da cidade de que havia um projeto de alteamento da barragem, uma solicitação por parte da CSN, desde o ano de 2014, e de possíveis instabilidades na barragem. Para que os que estão nos ouvindo tenham uma ideia da gravidade – Deus nos guarde! –, mas, caso acontecesse o pior, houvesse rompimento dessa barragem, ela faria no mínimo um número de mil vítimas, mil mortes. Seria uma devastação, Presidente, sem precedentes para a cidade de Congonhas, que também é um patrimônio histórico, também mundial, tombado pela Unesco.

Na audiência que fizemos, com a presença de representantes da CSN, da Secretaria de Meio Ambiente e do poder público local, alertamos para que fossem tomadas as providências para verificação da real situação de segurança daquela barragem, para não vermos novamente o que aconteceu em Minas, a maior tragédia ambiental dos últimos tempos no Brasil: a tragédia de Mariana.

Na audiência, o responsável, engenheiro da empresa, deu toda segurança e afirmou que não havia risco. Entretanto, o Ministério Público procedeu a uma perícia, e os peritos identificaram que havia situações que poderiam, sim, colocar em risco a barragem. Por isso, o Ministério Público chamou os representantes da CSN para assinatura de um termo de ajustamento de conduta, para que se procedam às intervenções necessárias de correção da instabilidade identificada. Não diferente, também o Ministério do Trabalho pediu a interdição da usina, alegando que há risco para a vida dos trabalhadores, caso ocorra um incidente na região.

Quando trato da questão da mineração, de mineradoras, de barragens, sempre digo que não somos contrários às mineradoras. A mineração é um componente importante da economia do nosso país, especialmente de Minas Gerais – por isso é que o nosso estado se chama Minas Gerais, com suas minas. Porém, temos de saber de que maneira queremos que seja feita a mineração no nosso estado e também no Brasil.

A frase que muito utilizo é a que diz que hoje, lamentavelmente, “é o cachorro que está balançando o rabo”, ou seja, é o setor minerário que diz sob quais métodos, sob qual legislação ele quer fazer a operação. Mas o poder público é que tem de ser o garantidor da segurança e do devido processo minerário, porque, acima de tudo, não há riqueza mais importante que a vida. É isso que precisamos preservar. Então fomos até Congonhas para fazer essa discussão. O Ministério Público já vinha acompanhando essa questão, e parece que houve um desdobramento. Espero que tenhamos um desfecho positivo. Esse é um ponto.

Tramita nesta Casa um projeto de lei que é fruto do trabalho da Comissão Extraordinária das Barragens, e entendo que sua aprovação poderá ser a grande colaboração, o grande produto, a grande ação do Poder Legislativo. Ele precisa tramitar com celeridade. Não foram uma nem foram duas vezes que a Comissão de Direitos Humanos aprovou requerimentos pedindo que o projeto tramite, em caráter de urgência, para que Minas possa dar uma resposta efetiva. Há quanto tempo ocorreu o episódio de Mariana? Lamentavelmente, não foi o primeiro. Houve outros episódios em Minas Gerais, nesta década e nas últimas décadas, também com vítimas fatais. Penso que precisamos fazer um apelo às comissões da Casa, ao nosso presidente, para que esse projeto seja pautado e votado no Plenário. Esse é um ponto, presidente.

O outro ponto se refere à questão da Emater. O presidente da Emater está fazendo um esforço muito grande para realizar um novo concurso para os técnicos extensionistas dessa empresa. A Emater de Minas Gerais é a maior empresa de extensão em assistência técnica de toda a América Latina, só que hoje o quadro é insuficiente para dar conta da demanda. Uma das modalidades de

atendimento é a que chamamos de atendimento satélite, que é quando se tem o técnico no município e ele tem de atender a um ou a dois municípios. Esse é o chamado atendimento satélite. Então, é preciso que a Emater realize esse concurso para pelo menos 300 extensionistas.

O presidente tem conversado com o Tribunal de Contas e também com a Seplag. Acho importante que essas instituições entendam que a Emater, por ser uma empresa e ter fluxo de caixa suficiente para comportar esse compromisso e, ainda, já que os municípios também são partícipes, por meio de convênio, das despesas com o quadro de pessoal, que permitam à Emater proceder ao concurso público, e que a gente possa atender aos municípios. São vários e vários prefeitos que têm nos solicitado isso. Qual a importância da Emater? O fortalecimento da agricultura familiar. Vêm da agricultura familiar 70% dos alimentos que consumimos. Já repetimos isso da tribuna. Então é importante que a Emater esteja em campo. É também perfil e vocação econômica do nosso estado a agricultura familiar, e os prefeitos, especialmente os das cidades pequenas e do interior, precisam, sobremaneira, de que esses serviços sejam ofertados. Então temos de garantir que esse concurso seja realizado.

O outro ponto, presidente – quero também anunciar isso –, é que criamos a Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Federais e das Universidades Federais, aqui, na Assembleia Legislativa. É claro que não é obrigação do Estado a manutenção dos institutos federais e das universidades federais, mas Minas Gerais é o Estado que mais tem dessas instituições. O maior número de instituições federais de ensino estão no nosso estado e atendem ao povo mineiro. Mas o que estamos vendo? O completo desmonte das instituições de ensino superior no nosso país. Em relação aos programas importantes, como Ciência sem Fronteira, há alguns recursos destinados às bolsas de pesquisas e extensão e às verbas de custeio. Para vocês terem uma ideia, o aumento que teremos no orçamento previsto da União é zero. O aumento no orçamento será zero para o custeio das atividades de educação tecnológica e de ensino superior. Então vejo que depois de termos feito toda a expansão das universidades federais, através do Reuni, dos institutos federais, agora caminhamos para uma retração da oferta do ensino público superior de qualidade no nosso país. Não é possível o País ter soberania, não é possível o País se desenvolver economicamente, não é possível o País se desenvolver no aspecto cidadão, se ele não tiver condições de ofertar à sua população o acesso ao ensino gratuito de qualidade, ao ensino superior.

Presidente, então quero falar da criação dessa comissão, subscrita por diversos parlamentares de vários partidos, e quero dizer que faremos o lançamento oficial dessa frente parlamentar, combinando-o com uma audiência pública, para discutir a situação das instituições.

Espero que no início do mês de novembro, talvez dia 9, com a participação de reitores, diretores, representantes de movimentos estudantis, comunidade acadêmica, possamos fazer um grande debate sobre a situação. A frente parlamentar que tivemos a iniciativa de propor já tomou algumas medidas, como encaminhar aos 53 deputados federais uma manifestação subscrita por parlamentares desta Casa pedindo-lhes que observem o orçamento e os recursos destinados ao ensino superior, evitando-se assim que as instituições de Minas Gerais sejam afetadas. Também encaminhamos o documento aos três senadores pelo nosso estado, para que não haja retração na oferta e na qualidade do ensino. Essa iniciativa da frente parlamentar é fazer com que Minas Gerais também se posicione. A Casa está tomando como expediente um posicionamento sobre temas relevantes. Isso aconteceu em relação ao encontro de contas da Lei Kandir, às usinas da Cemig e agora às instituições federais. Volto a dizer que Minas é o Estado com o maior número dessas instituições.

Presidente, aproveito aqui para homenagear a minha cidade de São João del-Rei. Há alguns dias foi amplamente divulgado na imprensa que ela foi considerada a mais hospitaleira do Brasil pelo *site* Airbnb, uma plataforma de hospedagem mundialmente conhecida. Através de pesquisa feita com os usuários, São João foi considerada a cidade mais acolhedora e hospitaleira. Deixo minha homenagem à terra onde nasci, fui criado, iniciei minha caminhada política como vereador, vice-prefeito e líder estudantil. Ser hospitaleiro é perfil do nosso povo. Como várias outras, ela tem os seus problemas, mas é uma cidade histórica importante no contexto cultural e político de Minas Gerais. É a terra onde nasceu e foi enterrado o ex-presidente Tancredo Neves, e também nasceu

o nosso filho mais ilustre, Tiradentes. Há uma pequena disputa envolvendo o Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, Tiradentes e Ritápolis. Mas nos consideramos conterrâneos de Tiradentes. É por isso que São João é uma cidade importante. Esse tipo de homenagem muito nos alegra.

Quero fazer uma referência ao que aconteceu em Janaúba. Foi uma tragédia no nosso estado, várias crianças morreram, e uma professora praticou ato heroico. É verdade: heróis não são políticos, jogadores de futebol, aqueles que vestem capa em revista de quadrinhos e cinemas. Essa professora, sim, foi uma heroína, e nós, mineiros, devemos ter orgulho da sua coragem, que acabou salvando a vida de crianças. Infelizmente, o mundo caminha para isso. Esse fato que ocorreu em Janaúba e não é isolado. Vimos o que aconteceu na Somália e nos Estados Unidos. Lamentavelmente o mundo caminha para uma circunstância de extrema intolerância, de radicalismo. Então eu acho que precisamos nos preocupar com o que tem ocorrido no nosso mundo, precisamos de mais diálogo, precisamos de mais tolerância.

Por fim, quero comunicar a agenda da caravana do presidente Lula em Minas Gerais. Ele percorreu os estados do Nordeste e obteve sucesso absoluto. Talvez o Lula seja um dos únicos políticos que consegue sair na rua e ser carregado pelo povo. O resto toma ovada, toma vaia. Mas o presidente Lula, não; esteve no Nordeste, foi carregado, abraçado e homenageado, como um estadista deve ser depois de tudo o que fez pelo nosso país. A próxima agenda do presidente Lula será aqui em Minas, começando por Ipatinga, pelo Vale do Aço, passando pelo Vale do Jequitinhonha, por Montes Claros, Salinas, Araçuaí. Enfim, ele cumpre uma agenda em várias cidades, terminando mais ou menos no dia 30, aqui em Belo Horizonte. É bom lembrar que o presidente Lula lidera todo o cenário de pesquisa pela corrida presidencial, tem crescido. O povo brasileiro compreende que muito do que ele vem vivendo é perseguição e partidarismo, lamentavelmente, de setores do Judiciário. Estamos vendo hoje como o Judiciário se comporta como partido político. O presidente Lula é mais uma vítima dessa judicialização.

Hoje outros partidos sentem isso na pele. Até então era só o PT, mas hoje outros estão sentindo o que significa o Judiciário resolver se comportar como um partido político. Então, o juiz Sérgio Moro vem perdendo credibilidade nas pesquisas. As mesmas pesquisas que apontam o crescimento do presidente Lula mostram que a credibilidade do juiz Sérgio Moro, em função das arbitrariedades, tem caído. O povo brasileiro olha, com muita suspeição, aquilo que lhe é informado pela chamada grande imprensa, que tem lado, e ele consegue perceber isso. Cresceu não só o presidente Lula, mas também o Partido dos Trabalhadores. Lembro-me de que, no auge da crise que vivemos, ainda no golpe que a presidenta Dilma sofreu, vários colegas parlamentares subiram a esta tribuna para anunciar a morte, o fim do PT: “O PT acabou, está extinto”, diziam. Enfrentamos uma eleição municipal muito difícil, porque ainda era uma eleição no auge da crise. Hoje vemos as mesmas pesquisas que apontam o crescimento do presidente Lula apontarem também que o Partido dos Trabalhadores volta a figurar como o partido preferido da população brasileira. Para se ter uma ideia, o PT hoje volta aos patamares de 19, 20% de preferência partidária; vêm atrás o PSDB e o PMDB, ambos com 5%. O PT lidera com folga a preferência dos partidos políticos. É claro que metade da população não prefere partido nenhum. Entre aqueles que dizem ter simpatia, o Partido dos Trabalhadores volta a ter essa preferência. Não só isso, mas há o aumento no número de filiados nos seus quadros, com mais de 300.000 novos filiados. Isso significa que o povo brasileiro entende que o golpe que foi dado foi contra o trabalhador para a retirada de direitos, para o desmanche do Estado. Vejam o que estão fazendo agora: estão aprovando um decreto que beneficia aqueles que utilizam a chamada mão de obra escrava. Fizeram a reforma trabalhista. Estão tentando fazer a reforma da previdência. Já fizeram a terceirização, sucateando as instituições. Por pouco não entregaram a nossa Amazônia. E agora temos o desmonte completo da nossa Petrobras. O povo brasileiro tem memória, lembra. Aqueles que prometeram gerar emprego entregam o País com quase 15.000.000 de desempregados; aqueles que prometeram o combate à corrupção tornaram um mar de lama o nosso Congresso e o Palácio do Planalto; aqueles que prometeram a volta da estabilidade, do crescimento econômico entregam o País com uma grande crise, um grande caos.

É por isso que hoje, presidente, venho aqui fazer esse pronunciamento para destacar que, em breve, receberemos o presidente Lula de braços abertos, pois Minas Gerais compreende o que significou o governo dele para o povo mineiro. Obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é uma resposta muito agressiva do governo Pimentel ao ex-governador e senador Antonio Anastasia.

O jornal *O Tempo* divulgou, na coluna “A.Parte”, um texto com a seguinte manchete: “Governo do Estado culpa Anastasia pelo calote milionário na Embraer em BH”.

E continua: “O governo de Minas reagiu às informações publicadas nessa quarta-feira, 11, pelo ‘A.Parte’ sobre a dívida do Estado com a Embraer, que ameaça a manutenção do escritório da fabricante de jatos em Belo Horizonte. Em nota enviada à coluna, o Estado culpa o ex-governador de Minas e hoje senador Antonio Anastasia pela crise financeira do Estado, que impossibilitou efetuar os repasses anuais à empresa desde 2015, acumulando uma dívida que pode ultrapassar R\$12.000.000,00.

Foi no mandato de Anastasia, 2011-2014, que Minas firmou parceria com a Embraer para instalar em território mineiro o centro de engenharia e tecnologia.

À coluna, Anastasia disse que a vinda do escritório da Embraer foi um esforço para diversificar a economia do Estado”.

Vem, então, o governo Pimentel e emite uma nota extremamente agressiva e grosseira contra o senador Anastasia, que, todo mundo sabe, é uma pessoa extremamente educada, de lhaneza de trato e que jamais faria qualquer nota agressiva contra o governo do Estado.

Mas vem o governo Pimentel, que parece estar desesperado por vários motivos, todos sabemos, e parte para uma agressão absolutamente injustificada contra o senador Anastasia. Ele atribui ao senador toda a culpa por toda a desastrosa administração que o Pimentel, do PT, está fazendo em Minas Gerais, alegando que o senador Anastasia é o culpado pelo descontrole das contas atuais do governo de Minas.

Aliás, vamos lembrar aqui que virou um mantra do PT culpar os governos anteriores. Imaginem, Pimentel já vai para três anos de governo e, até hoje, colocando culpa, por sua total ociosidade, nos governos passados? Isso acontece também nas prefeituras. Quando fui prefeito de Governador Valadares, sucedido pelo PT, foi a mesma história durante quatro anos. Não faz nada e põe culpa nos governos anteriores. Lembro-me muito bem de todas as prefeituras que conheço e que o PT administrou: não realizam obras e jogam a culpa no governo anterior.

Agora vem o governo Pimentel e também não realiza praticamente nada no Estado. Nada. Ele está sendo processado por vários motivos e agora joga a culpa no Anastasia pelo descontrole. O governo deve à Embraer R\$12.000.000,00, mas não repassa desde 2015. Mas, se a dívida fosse só com essa empresa, o Pimentel poderia se justificar: “A culpa é do Anastasia”. Mas a dívida não é só com a Embraer, aí é que está o problema. Na saúde, por exemplo, o Estado não repassa para os municípios mineiros. Ele já deve aos municípios cerca de R\$2.400.000.000,00, na situação calamitosa em que se encontra a saúde de Minas Gerais. Por isso vários hospitais, vários postos de saúde e unidades de pronto atendimento estão fechando, como tem tanto debatido o deputado Antônio Jorge, por exemplo, na Comissão de Saúde.

Deputados Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, André Quintão e outros que estão nos acompanhando aqui, vamos ler um trecho da resposta do senador Anastasia ao governo Pimentel: (– Lê:) “Anastasia foi procurado nessa quarta-feira, 11, pelo ‘A.Parte’, e, por meio de sua assessoria, se disse espantado com a rispidez da nota do governo. ‘Primeiro, porque o senador Anastasia somente lamentou o impasse, sem fazer qualquer crítica. Depois, porque o tom da nota é bem diferente daquele do constante pedido de apoio

em temas nacionais que o governo lhe faz, em termos muito mais cortesês. Quanto ao desempenho das gestões, caberá aos mineiros julgar o atual governo nas eleições do ano que vem”.

Quando mostramos que esse governo está totalmente desajustado, basta citarmos fatos. O governo Pimentel pegou cerca de R\$5.000.000.000,00 dos depósitos judiciais. A oposição votou totalmente contra, batalhou para que não pegasse os depósitos judiciais. Mas a maioria, a base do governo, aprovou e pegou essa quantia. Depois, pegou mais R\$2.000.000.000,00 do Banco do Brasil, vendendo a folha de pagamentos. Após, vendeu inúmeros imóveis do Estado e já está computando no orçamento, para o ano que vem, cerca de R\$4.000.000.000,00, como se já tivesse pegado esse dinheiro. Onde está esse dinheiro? Onde está todo o dinheiro dos depósitos judiciais, do Banco do Brasil, da venda de imóveis? Em obras não está, em obras ninguém vê, nem nas áreas da saúde, da educação, da infraestrutura urbana, em nada.

Agora estamos vendo, por exemplo, que a dívida do governo Pimentel – e já falamos disso – na área da saúde é de R\$2.400.000,00 com os municípios. Mas não repassa também aquilo que é direito sagrado dos municípios, a parte que diz respeito ao ICMS; não repassa a cota dos municípios. O governo Pimentel não repassa também a parte do transporte educacional; de oito prestações, o governo só repassou três. Será que a culpa é também do Anastasia? De quem será a culpa? Fica jogando tudo nos outros.

“A tragédia de Janaúba escancara os problemas no João XXIII”, o jornal *Estado de Minas* mostrou que o governo já era para ter alertado para essa situação e acudido esse hospital, um dos principais prontos-socorros de Minas Gerais.

O déficit de Minas sobe para 8,18 bilhões de reais, e o governo Pimentel alega que os governos de Anastasia e de Alberto Pinto Coelho deixaram um déficit de 8 bilhões. Não é verdade. Não é verdade por quê? Porque o Banco Central e o Ministério da Fazenda declararam, no governo Dilma Housseff, que Minas Gerais foi o Estado que deixou o maior saldo orçamentário de todos os estados brasileiros, cerca de 3 bilhões de reais. É bom lembrar, deputado Gustavo Valadares, que quando Alberto Pinto Coelho terminou seu governo, deixou 3 bilhões para o Estado. É claro que deixou esse valor, não digo isso só pelo que diz o Banco Central, mas porque o governo Pimentel, no ano de 2015, não atrasou a folha de pagamento. Quando este governo foi herdeiro dos governos de Anastasia e de Alberto Pinto Coelho, no ano seguinte, não atrasou a folha. Mas, quando o governo Pimentel, em 2016, foi herdeiro de si mesmo, porque governou durante 2015, passou a atrasar a folha de pagamento dos servidores, passou a parcelar pagamento de modo geral, passou a atrasar até os próprios parcelamentos. Aí, vem o secretário da Fazenda e diz que não tem dinheiro para pagar o 13º salário, exatamente quando o governo Pimentel foi herdeiro de si mesmo. Foi de 2015 para 2016 que veio todo o problema. Se os problemas viessem do governo passado, ele atrasaria em 2015, e isso não aconteceu. O secretário de Fazenda do governo Pimentel assinala que não vai ter dinheiro para o 13º salário. É bom que todo mundo saiba dessa situação.

Agora, precisávamos assinalar também essas questões que já foram várias vezes debatidas aqui, relativas ao governo Pimentel ficar permanentemente imobilizado em termos de administração, em termos de trabalho, e aquilo que falei no princípio, sobre jogar a culpa em governo passado. Ele não foi eleito para isso. Essa votação que o ajudou a eleger, com certeza, foi dos eleitores que confiaram que ele trabalharia, que ele ia fazer obras superiores aos governos Aécio Neves, Anastasia, Alberto Pinto Coelho. As obras desses governos anteriores estão aí por todos os lados, estão na área da saúde, da educação, da infraestrutura urbana, da telefonia urbana e rural, e assim por diante.

Nós, nesta tribuna, já tivemos a oportunidade de fazer um balanço sobre os governos anteriores, a partir de 2003, e mostrar as principais obras realizadas por eles. Gostaríamos de ver os deputados da base mostrando as obras principais do atual governo, do governo Pimentel, porque até hoje, nós mineiros, não sabemos onde elas estão. O programa Caminho de Minas está arquivado pelo governo Pimentel; o Pró-Acesso, que asfaltou mais de 230 municípios, também não teve continuidade; cerca de 11 hospitais regionais, sendo, boa parte, mais de 80% prontos, inclusive os de Governador Valadares e Teófilo Ottoni – está presente o deputado Neilando Pimenta –, foram paralisados completamente, e a crise na saúde está cada vez mais intensa.

Nós estamos aqui nesta tribuna para rebater as críticas injustas, absurdas, agressivas feitas pelo governo Pimentel ao ex-governador Antonio Anastasia, do qual tive a honra de ser líder do governo. Ele é um dos grandes senadores da República, e já revelou todo o seu talento, toda a sua honradez, toda a sua inteligência, em poucos anos de trabalho no Senado Federal. Não poderíamos, colegas deputados, ficar em silêncio diante de uma agressão tão injusta, tão descabida e tão grosseira por parte do governo Fernando Pimentel, do PT.

O deputado André Quintão* – Sra. Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, nesta tribuna, temos denunciado os desarranjos, os desmontes e os retrocessos do governo Temer.

Em algumas medidas, em alguns eventos, falávamos que só faltava voltar o trabalho escravo. Pois não é que o presidente Temer, ontem, para ter o apoio da bancada ruralista, para salvar a sua própria pele na discussão da segunda denúncia, editou uma portaria que dificulta a definição e a autuação de trabalho escravo no Brasil?! Essa portaria chega ao absurdo de colocar a publicação da chamada lista suja nas mãos do ministro, a depender de uma autorização política. Exige que o parecer do auditor-fiscal, que existe para isso, seja vinculado a um boletim de ocorrência. A condição degradante é excluída da caracterização do trabalho escravo. O trabalho forçado só será considerado como tal quando não houver consentimento do trabalhador. Se o trabalhador consentir... Estamos falando de qual trabalhador? Do trabalhador que vive sob a égide do desemprego e que precisa do seu ganha-pão e que se submete a qualquer coisa para não deixar o seu filho morrer de fome ou ficar sem remédio.

Isso, depois de promover demissões internas, foi uma resposta pragmática à bancada ruralista. É inacreditável que um presidente da República manche e envergonhe o nosso país com uma medida como essa. Daqui a pouco, vão aprovar o projeto do deputado Nilson Leitão, se não me engano do PSDB do Piauí. O projeto dispensa o pagamento de salário para o trabalhador rural, bastando ele ter comida e cama. Um alojamento e alimentação. Eu fazia brincadeira com esse projeto, mas não farei mais, porque, do jeito como as coisas estão, daqui a pouco eles aprovam esse projeto também, porque a portaria nem precisou passar pelo crivo do Congresso. Afronta até o Código Penal brasileiro.

Então, queria aqui, de maneira indignada, rechaçar a Portaria nº 1.129 do governo federal, que incentiva o trabalho escravo, que dificulta a identificação do trabalho escravo, que precariza o trabalho ainda mais. É um conjunto articulado de medidas: a terceirização; a reforma trabalhista, em que o negociado vale mais do que o legislado; e essa portaria, em que pode haver trabalho forçado em condições de exaustão, desde que o trabalhador consinta. Vejam que coisa articulada. Você atua em várias frentes, para a corda arrebentar sempre do lado mais fraco, do lado do mais pobre, do lado do que não tem emprego, do lado do que não tem comida para se alimentar.

Faço essa denúncia porque isso é muito grave e não diz respeito a partidos ou a qualquer tipo de julgamento. Isso diz respeito à civilização e aos direitos humanos. Aqui em Minas mesmo, tivemos episódios que mostram o risco de se induzir o trabalho escravo e enfraquecer o papel do Ministério Público do Trabalho e do auditor-fiscal, porque no Brasil algumas pessoas querem resolver essas questões na bala. Infelizmente, foi isso o que aconteceu no episódio com os auditores-fiscais no Noroeste mineiro, há alguns anos, no exercício das suas atribuições de fiscalização. Não se garante segurança jurídica contratual nas relações de trabalho com portarias como essa, em que vale a lei do mais forte.

Então, nós, que já estávamos vendo tantas medidas que impactam a vida das pessoas, como o corte de 98,5% no orçamento do Sistema Único da Assistência Social – Suas – e de 82% dos recursos da agricultura familiar e a paralisação de programas, como o Minha Casa Minha Vida e de tantas outras iniciativas – o deputado Cristiano Silveira mencionou aqui as instituições federais que estão à míngua –, agora vemos até a indução do trabalho escravo. Não se permite sequer a publicação da lista suja com o nome das empresas, ou melhor, daqueles segmentos – nem chamo de empresas, porque seria um ataque aos empresários sérios do Brasil – que se utilizam do trabalho escravo. Eles têm agora um crivo político: “Ah, esse é amigo do rei, e não há autorização para que seu nome entre na lista suja”. Espero que, no campo jurídico ou no campo político, essa portaria seja revogada.

Aproveito para dizer desta tribuna, com muito respeito ao nobre deputado e relator da Constituição do Estado, deputado Bonifácio Mourão, que as condições do País se transformaram a partir do ano passado. Não estamos mais governando nos anos de crescimento econômico e de transferência de recursos da União para os estados. Muitos dos programas executados, ainda que parcialmente, em Minas Gerais nos 12 anos de governo do PSDB foram realizados com recursos federais. Lembro-me de que, quando o governo Lula criou o Bolsa Família, o governo do Estado deixou de desembolsar R\$21.000.000,00 com um programa criado no governo Itamar Franco, o Bolsa Escola familiar – quer dizer, as famílias migraram para o Bolsa Família. Então, a eletrificação rural, as obras do PAC e os recursos do Bolsa Família – só em Minas Gerais foram mais de um milhão de famílias –, por exemplo, dinamizaram as economias locais.

Não se trata de delegar ou transferir responsabilidade para governos anteriores simplesmente, mas de uma análise realista do quadro econômico do Estado, que tem raízes estruturais. Nos 12 anos dos governos do PSDB, não enfrentaram as cláusulas estruturais da nossa economia colonial, dependente de *commodity* e sem diversificação. Essa recuperação econômica de Minas não depende do curto prazo.

Quando o governo Pimentel aposta no desenvolvimento territorial e nas vocações das regiões, dinamiza a economia regional com ação, por exemplo, da Codemig e com voos regionais, tão criticados aqui pela oposição, mas que são um fator indutor de desenvolvimento. Quando fortalece a agricultura familiar ou o turismo, a cultura, a gastronomia, a inovação tecnológica e as *startups*, busca para Minas Gerais um padrão de desenvolvimento econômico territorial e regional que a torne menos refém das *commodities*.

Hoje governamos em tempos de vacas magras, porque não é Lula o presidente nem a Dilma a presidenta, mas o golpista Temer, com o apoio do PSDB – pelo menos parte do PSDB, pelo que me parece. Parece que os cabeças pretas não apoiam. Lá há uma divisão de tendência. Os cabeças pretas são os mais novos, de cabelo preto; e os de cabelo mais grisalho, segundo o ex-presidente Fernando Henrique, são da governabilidade, do “presidencialismo de cooptação”. Quem disse isso foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, analisando a posição do seu partido – o PSDB – em relação ao governo Temer.

Portanto, comparar o Brasil e as Minas de hoje com o Brasil e as Minas com crescimento de 6%, 7% não é correto. Mas, mesmo assim, com todas as dificuldades, o governador Pimentel faz um enorme esforço para saldar o déficit, o passivo com os trabalhadores da educação, por meio de um acordo histórico, que é de difícil cumprimento – aliás, está sendo perseguido esse cumprimento –, e consegue avançar na política pública de assistência social. Acabamos de aprovar, na Assembleia, o programa Rede Cuidar. Em torno de 300 entidades de acolhimento de crianças e idosos serão beneficiadas já neste ano com recursos da Loteria Mineira em pleno período de retrocesso federal. Há as obras do programa Caminhos de Minas. Ouvi aqui críticas a esse programa. Convido o deputado que me antecedeu a visitar as obras de pavimentação do trecho de Ijicatu, em José Gonçalves de Minas, até Virgem da Lapa, que é uma reivindicação histórica do Vale do Jequitinhonha. Além disso, há a Rodovia dos Cristais, entre Cordisburgo e Curvelo, e tantas outras obras que já foram retomadas no Estado de Minas Gerais.

O que não podemos admitir é que governos anteriores, que não alteraram essa questão estrutural, que preferiram gastar R\$2.000.000.000,00 numa obra megalomaniaca e não na área social, que deixaram um déficit estrutural anual de R\$8.000.000.000,00, venham, com atrasos pontuais em iniciativas do governo, dizer, de maneira indevida, que o caos se deve a este governo.

Termino, deputada Rosângela Reis, dizendo que a pior coisa que há na política é fazê-la olhando pelo retrovisor.

Então, convido os partidos de oposição a se unirem a nós para cobrar os R\$135.000.000.000,00 que Minas tem a receber do governo federal, a lutar contra o corte de 98% na assistência social, de 82% na agricultura familiar, contra essa portaria do trabalho escravo. Vamos lutar por essas causas nobres e aí, sim, deixar o retrovisor para que a história julgue. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 16/10/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 23/10/2017, Livia Alves Pereira Arbex, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

nomeando Letícia Camarano Minas, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada.

**ERRATAS****PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.679/2016**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/10/2017, na pág. 33, no fecho, onde se lê:

“Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2017.”, leia-se:

“Sala das Comissões, 18 de outubro de 2017.”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/10/2017, na pág. 53, onde se lê:

“exonerando Letícia Camarano Minas, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência”, leia-se:

“exonerando, a partir de 23/10/2017, Letícia Camarano Minas, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência”.